

ISSN 0101 708X

GBOLETIM GOIANO *de* Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 23 - Nº 2 - JUL./ DEZ. 2003

Artigos

ESPAÇO RURAL EM MUTAÇÃO NO QUÉBEC

*Maria Geralda de Almeida**

Resumo

A agricultura no Québec apresentou grandes transformações nos últimos quarenta anos, revelando, de um lado, altos índices de produtividade e, de outro, a necessidade de uma preocupação crescente com o meio ambiente. As regiões do Baixo Saint-Laurent e Rive-Sud de Montréal ilustram as transformações no espaço rural do Québec. As discussões aqui feitas destacam, também, o papel do governo federal e da Província no desenvolvimento agrícola e na solução dos problemas ambientais da região.

Unitermos: Mundo rural/ Ruralidade/ Meio ambiente/ Novas funcionalidades/ Québec.

Introdução

O ritmo das transformações das relações sociais e de trabalho no campo altera as noções de urbano e de rural, o que torna cada vez mais difícil delinear fronteiras exatas entre os pequenos vilarejos, povoados e cidades, levando em conta uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. Segundo Vachan (citado por Jean, 1997), é um equívoco considerar o mundo rural como uma parte residual de um sistema em evolução, dominado pelo urbano. O mundo rural participa do crescimento global pelos recursos naturais e humanos que ele gera, bem como pela sua produção específica. Ele é, também, possuidor de um patrimônio histórico e cultural e de um certo estilo de vida peculiar que contribuem para enriquecer as escolhas dadas aos indivíduos que compõem a sociedade. Caracteriza-se por múltiplas ruralidades, pela contração do ecúmeno agrário, por um processo de especialização de propriedades e de regionalização, pelo forte vínculo da produção agrícola com as empresas e pelas novas funcionalidades do espaço com as atividades recreioturísticas.

* Professora da Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA).E-mail: galmeida@iesa.ufg.br

Os efeitos da modernização – moldada no padrão urbano-industrial – sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes. E nem podemos crer que as medidas modernizadoras atinjam com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores, nas diversas partes do mundo.

Além disso, a natureza, cuja presença ainda é muito forte no espaço rural, tornou-se uma preocupação global: diversos especialistas vêm insistindo sobre o melhor conhecimento das relações sociedade–natureza para a gestão do meio ambiente. Há um interesse geral pelas novas tecnologias e pelas relações entre agricultura e ambiente, como as novas funções que o meio rural adquire e os impactos que elas provocam nesse meio.

As interpretações recentes das transformações no meio rural levam em conta que a agricultura preenche outras funções não agrícolas, mas essenciais, como a conservação e a manutenção das paisagens – as benéficas à atividade turística e aos fins recreativos, por exemplo, e as rurais.

Este artigo tem o propósito de contribuir nessa discussão, tendo o foco no Québec e analisando como os agricultores das explorações familiares se inserem nas transformações em curso. Para tanto, leva-se em conta a ruralidade e os novos usos do espaço rural.

Contextualizaremos, inicialmente, o Québec e seu espaço agrícola nos últimos decênios, desde o final da década de 1950, período em que o governo canadense passou a intensificar suas ações relacionadas ao chamado problema rural. Embora vários dados estatísticos mencionados ainda sejam de 1980 e 1990, aqui eles foram incluídos como referências de um momento histórico da agricultura do Québec, momento que, em sua essência, permite compreender as mudanças em curso.

Em seguida, abordaremos o Baixo Saint-Laurent, com ênfase na agricultura familiar, em sua ruralidade e suas respostas diante das políticas agrícolas. Ampliaremos, posteriormente, esta discussão até a Rive-Sud de Montréal, considerando os fortes laços da agricultura familiar com as agroindústrias e a singularidade de sua inserção no importante mercado consumidor da região metropolitana de Montréal, com os atuais usos recreio-turísticos do espaço rural.

Os problemas ambientais serão apresentados na seqüência, evidenciando ainda as políticas e possibilidades de acompanhar ou de evitar os impactos causados pela agricultura.

Por último, algumas considerações destacarão a política agroambiental e os movimentos organizados da sociedade civil visando a manutenção e/ou a recomposição da qualidade de vida configurada na ruralidade existente.

A participação governamental na definição do espaço agrícola no Québec

Uma das primeiras referências que vêm ao espírito quando se fala sobre o Québec é a imensidão de seu território: quase um quarto da extensão territorial brasileira. Entretanto, quando se refere à agricultura, é necessário relativizar essa visão de grande espaço, pois, se compararmos essa região com o Canadá, veremos que, enquanto este dispõe de aproximadamente 46.010 milhões de hectares de terras agrícolas, o Québec, em 2000, contava com cerca de 2.137 milhões de hectares,¹ ou seja, apenas 16% do território prestava-se para atividades agrícolas. Além disso, a agricultura no Québec está bastante concentrada na planície do rio Saint-Laurent e seus afluentes.

Outro aspecto importante a considerar é a especialização regional canadense dos produtos agrícolas, bastante acentuada no eixo Leste-Oeste. Essa especialização foi estimulada pelo próprio governo federal ainda na década de 1950, através de políticas de preço mínimo da produção. O Oeste canadense (Alberta, Saskatchewan e Manitoba), o “graneiro do império”, especializou-se em cereais para o mercado mundial, enquanto o Leste (Ontário e Québec) tornou-se, sobretudo, o líder da produção leiteira e da criação de aves e porcos destinados ao abastecimento interno. Para minimizar a distância entre essas duas regiões produtoras, foi incentivada e implementada uma política de transporte de produtos de uma região para a outra. Foi o caso, principalmente, do transporte ferroviário, a Transcanadian, de tráfego intenso, atravessando o país de costa a costa. Os vagões ainda hoje transportam grãos provenientes do Oeste para o Leste, e, no retorno, vão abarrotados de produtos industrializados do Leste.

A contribuição da agricultura da província do Québec não alcançava, em 1996, 15% no total das receitas agrícolas do Canadá, enquanto as províncias das Prairies (Oeste) aproximavam-se dos 50% do mesmo total; entretanto, no que diz respeito à população, no Québec encontrava-se, nesse mesmo ano,

¹ Statistique Canada. Recensements de l'agriculture.

cerca de 25% da população total do Canadá, e nas três províncias do Oeste, aproximadamente 18%.² Debailleul (1999) registra, ainda, outra particularidade da agricultura quebequense: se se compara a intensidade capitalística e a relação entre a renda bruta e a renda líquida, essa relação é menor no Québec, ou seja, são necessários 2,5 menos de capital para produzir um dólar de renda líquida. Enquanto no Canadá é necessário que o agricultor produza em média 8,5 dólares de renda bruta para assegurar 1 dólar de renda líquida, no Québec ele necessitará não mais que de 6,1 dólares. Esses dados refletem a conjuntura da economia agrícola da província nos últimos quatro decênios do século XX e, ao mesmo tempo, a fisionomia de sua agricultura, resultante de políticas governamentais.

A crise agrícola de 1951 suscitou diversas reivindicações e políticas que marcaram a paisagem agrícola do Québec. Foram criados o Ministério das Florestas e do Desenvolvimento Rural, o Ministério de Expansão Econômica Regional e o Comitê Héon. Através de uma comissão de pesquisa governamental criada em 1955, o Comitê propunha soluções para a crise, aliado aos sindicalistas agrícolas da União Católica dos Agricultores (UCC), que reivindicavam a especialização das propriedades agrícolas e a eliminação de dois terços das propriedades rurais consideradas familiares. Adotando essa política, o Comitê Héon definiu, portanto, o perfil da agricultura a ser privilegiada em um rol de quarenta mil propriedades: o aceleração da modernização e da competitividade no mercado. Entre as várias medidas colocadas em prática para esse fim, citam-se a *Agricultural Rehabilitation and Development Act (ARDA)*, notadamente, o acréscimo de normas sanitárias e tecnológicas, as políticas restritivas de crédito agrícola e a zonagem agrícola (Wampach, 1992).

A segunda reivindicação extremamente importante dos sindicalistas da UCC foi a criação de convenções coletivas de vendas por áreas jurídicas de produção. Essa fórmula, conhecida como *Plan Conjoint – Plano Conjunto* ou de parceria e interesse comum no mercado – destinava-se a criar reagrupamentos de produtores de um dado produto, o que passou a obrigar os compradores de uma região a negociarem as condições de mercado por um produto visado.

² Statistique Canada – Recensements de l' agriculture.

Paralelamente o plano dotava os representantes sindicais de uma base de negociação mais vantajosa.³ Tinha o poder de regulamentar a contribuição dos produtores, negociar os diversos preços que envolviam o produto, criar e desenvolver novos mercados e administrar a si próprio.

A lei do Plan Conjoint foi promulgada em 1956 e, desde então, é regularmente modificada para reforçar os poderes dos produtores agrícolas e, também, para facilitar sua aplicação. Esse plano adquiriu uma força tal que um acordo feito localmente entre os produtores chega a ser ampliado em acordos provinciais. Por meio de um acordo, negocia-se, em uma única ação, toda a produção de uma mercadoria com o representante de todos os compradores de um dado produto.

Na opinião de Morisset & Gouin (1990), esses Plans Conjoints e as políticas de quotas que se sucederam a eles são as peças essenciais para melhor compreender a evolução da agricultura do Québec. Três setores (ovos, frangos e leite) executaram com tamanha eficácia os Plans Conjoints, que os estenderam, em 1970, para outras províncias canadenses, consolidando os interesses mútuos numa organização pancanadense, porém de curta existência. Nesse mesmo período a proteção da renda é colocada em prática com o seguro-estabilidade das rendas agrícolas e dos preços. Mesmo assim, já em 1972, os membros da União dos Produtores Agrícolas (UPA), entidade resultante de um redimensionamento da UCC, mostravam-se insatisfeitos pelo fato de os produtos isentos dos benefícios dos Planos, como o bovino destinado à produção de salsicharias, o novilho, o porco e os cereais, serem protegidos das flutuações de preços por um regime de proteção compartilhado com o governo. Essa política de fixação de preço mínimo foi uma medida eficaz contra a inflação no início da década de 1980.

A crise econômica nesse mesmo período afetou a política de desenvolvimento agrícola proposta, repercutindo, sobretudo, no ritmo das falências e

³ A criação de um Plan Conjoint no Québec deve ser proposta por um setor de atividade agrícola. O governo nomeia uma *régie* do Ministério da Agricultura para avaliar a necessidade da existência do plano. Uma vez aprovado, ele é submetido à aprovação dos agricultores através de um *referendum*, devendo obter pelo menos 50% de votos favoráveis. Para entrar em vigor, o plano precisa da aprovação de 66% ou mais dos agricultores. Aprovado, cria-se uma federação para administrá-lo.

no fenômeno de concentração da produção agrícola. Enquanto em 1976 o número de propriedades agrícolas era de 51.587, em 1981 foi de 48.144, em 1991 reduziu para 38.076 e em 2000 para 32.891.⁴ De acordo com o Ministério de l' Agriculture, des Pêcheries et de l' Alimentation (MAPAQ), nos últimos 10 anos o ritmo de diminuição do número total de propriedades foi mais lento que nos anos precedentes. O crescimento do tamanho médio das propriedades também não foi expressivo. A superfície média passou de 78 ha em 1976 a 96 ha em 1996. Entretanto, nesse mesmo período, a superfície média cultivada com milho para conservas praticamente triplicou (de 17 ha para 49 ha). Também desapareceram 18% das propriedades leiteiras, 16% das de porcos e quase um terço das granjas de frango (Canadá, 1997). Debailleul (1999) observa, todavia, que no mesmo período o rebanho médio de vacas leiteiras aumentou em 46%, o de porcos foi multiplicado por 6, e o de frangos por 5.

Segundo esse mesmo autor, na década de 1990, alterou-se a evolução das posições ocupadas pelas diferentes produções. A preponderância dos produtos animais tradicionais, como o leite, a carne de porco, os produtos avícolas e os produtos bovinos para salsicharias e presuntos tende a diminuir. Basta lembrar que essas quatro produções, que representavam três quartos das receitas monetárias no período de 1975 a 1985, não representam mais que dois terços das receitas em 1994. Essa queda da posição dos produtos tradicionais é decorrente do desenvolvimento da horticultura, dos ovinos e de algumas culturas comerciais, como o milho para conservas e a soja, que ultrapassam aqueles.

Cabe ressaltar a preocupação do governo federal em assegurar, todavia, o interesse dos produtores na continuidade dessa produção tradicional. Através do Conselho Nacional de Comercialização (CNC), definiram-se quatro secretarias gestoras da comercialização (uma etapa considerada crítica para os produtores): a de frangos, a de ovos, a de ovos de incubação e a de peru e frango semipreparados.

Nos anos de 1990, outros programas se inserem com maior vigor no Plano de Desenvolvimento Agrícola do Québec, a saber: os programas de garantia-colheita federal e provincial, que asseguram aos produtores a reposi-

⁴ Statistique Canada-Recensements de l' agriculture.

ção das perdas em casos de transtornos climáticos, e os programas federais de adaptação, como o Programa Nacional de Gestão de Empresas Agrícolas e o Órgão Canadense de Agricultores. Esses diferentes pilares governamentais, a despeito de apoiarem os produtores, não se aplicam a todos os produtos.

A política governamental nessa mesma década estende suas intervenções para dois outros aspectos: o agroambiental e o da contenção – por meio de leis especiais – do avanço das atividades urbanas em solos destinados a atividades agrícolas. Essa última medida é paralela a uma preocupação com as mudanças ocorridas na superfície total ocupada pelas propriedades agrícolas, na medida em que essas áreas tendem a diminuir. A superfície total das propriedades agrícolas em atividade passou de 3.654.000 ha em 1976 a 2.880.000 ha em 1996. Ou seja, há uma perda de mais de 20%.⁵ Essa redução do território ocupado pelas propriedades tem duas explicações possíveis: a conversão de terras agrícolas a outros usos ou o abandono de terras anteriormente sob a égide das explorações agrícolas. Algumas análises apontam que, se a superfície de terras cultivadas sofreu uma modificação relativamente pequena, então é de crer que a redução ocorre principalmente nas terras que no final da década de 1990 eram menos interessantes para a produção.

Merecem destaque, também, alguns dados relativos à agricultura familiar. Analisando aqueles do *Recensement de l'agriculture* (2000), referentes à mão-de-obra familiar, observou-se que em 1996 ela correspondia a 76.700 pessoas; já a mão-de-obra assalariada era de 55.700 pessoas, das quais 49.100 eram assalariadas temporárias, restando somente 6.600 assalariados permanentes (o mesmo número observado em 1976). Dos assalariados temporários, quase a metade se mantinha ocupada por menos de 5 semanas. Havia, portanto, uma grande proporção de auto-emprego e de mão-de-obra familiar.

Do ponto de vista jurídico, as propriedades familiares individuais, que representavam 95% das propriedades agrícolas em 1976, não passam de 56% no final da década de 1990. Em contrapartida, com a modificação das formas de organização produtiva, assistimos a um desenvolvimento rápido das sociedades e cooperativas de produção (Debailleul, 1999).

⁵ Statistique Canada - Recensements de l'agriculture.

Também a fisionomia do mundo rural do Québec está em franca alteração. Por longo tempo ela foi marcada pelas explorações florestais ao Norte e pelas diversas atividades ligadas ao cultivo das terras férteis e à pesca ao longo do rio Saint-Laurent e seus afluentes. Desde os anos 1990, porém, surgem novas demandas, geralmente de origem urbana, para novos usos do espaço rural, sobretudo, com fins recreioturísticos. E são, em sua maioria, as propriedades familiares que vêm assimilando esse novo nicho mercadológico. Numerosos lagos e regiões ribeirinhas gradualmente estão sendo ocupados por vilegiaturas, as residências secundárias. Há um crescente interesse por pequenos empreendimentos comerciais, como restaurantes, albergues, venda do artesanato local, fazendas ecológicas e/ou pedagógicas. Esses empreendimentos revelam novos e diversificados usos da riqueza do patrimônio cultural e do patrimônio natural dos parques federais e provinciais, das reservas ecológicas e dos centros de esqui.

Baixo Saint-Laurent: desvendando a ruralidade

A topografia do Baixo Saint-Laurent possui duas formas distintas que interferem diferentemente na função agrícola e no processo de ocupação do espaço: a planície das baixas terras do litoral e os planaltos interioranos.

A região iniciou sua ocupação pela planície litorânea, já no século XX, pela espontânea mobilidade da população da região de Côte-du-Sud. Já a ocupação das terras mais altas, interioranas, ditas *haut-pays*, ocorreu pela abertura do povoamento nos vales da Matapédia e do Temiscouata e, posteriormente, pela instalação de paróquias na região de planaltos. Essa ocupação predominou até a metade do século XX, sob o signo da colonização agroflorestal, e, conforme ocorre em uma interface agricultura-floresta, desenvolveu-se apenas a agricultura nas terras fluviais.

A agricultura é bastante dinâmica e segue o ritmo das transformações marcantes do Québec, já anteriormente discutidas. As explorações agrícolas têm níveis de desenvolvimento e de rendimento superiores àquelas da província do Québec, sendo a produção de batata sua especialidade regional. Vários agricultores desse produto estão articulados com grandes empresas alimentícias, como a Multi-Food, cuja matéria-prima é a batata. Um exemplo a citar é a Ile d'Orleans, uma encantadora ilha em frente à

cidade do Québec. Até os anos de 1980 ali predominavam produtos como morangos, cerejas, tomates, milho, leite, considerados orgânicos; entretanto, diante da pressão do mercado, nos últimos dez anos, notou-se uma forte tendência dos produtores à produção de batatas, atendendo à agroindústria, representada na ilha pela empresa Frito-Lay Canadá.

O esgotamento dos recursos florestais gerou uma crise profunda no sistema agroflorestal nos anos de 1960, o que afetou a agricultura praticada no interior da região. Foi essa crise que provocou a reação das elites econômicas, bem como do Estado, através de intervenções. Em seu conjunto, o Baixo Saint-Laurent passou a ser então para o país uma “região-recurso”, exportadora de mão-de-obra e de produtos primários (madeira e produtos agrícolas).

De 1951 a 1996, a população do Baixo Saint-Laurent passou de 182.952 a 181.869 habitantes. Conforme dados dos Statistique Canada - Recensement de la population, essa aparente estabilidade da população num período de 40 anos deve ser vista com cuidado, pois outros dados populacionais analisados por Jean (1997) demonstraram um quadro crítico com a espetacular redução da população rural agrícola. Ele destacou que em 1951 as propriedades dessa região reagrupavam 44,2% da população total e praticamente 70% dos habitantes do espaço rural; em 1981 somente 7,2% da população vivia nas propriedades rurais, e apenas 14,9% eram rurais. Entretanto, para esse autor, deve-se reconsiderar o critério empregado para definir uma população como rural: caso se levem em conta os vilarejos e povoados com menos de 10.000 habitantes, então, cerca de 70% da população do Baixo laurenciano estaria classificada como “rural”. Ou seja, a população rural compreenderia bem mais que o registro de 89.782 habitantes.

Para Jean (1997), de qualquer forma está ocorrendo uma mudança profunda no tipo de ruralidade que caracteriza a região. De um mundo onde dominava a agricultura, passou-se, em um tempo relativamente curto, para um outro no qual essa atividade aparece como ocupação marginal: mais de 80% da população ativa residindo em meio rural emprega-se em outros setores de atividades.

De tais transformações na repartição espacial da população, resulta um fenômeno próprio da agricultura: ela se torna uma atividade exclusivamente comercial, baseada na especialização produtiva. Isso contribui para engendrar a morte da maioria das propriedades que não podem tornar-se rentáveis na nova

economia agrícola. Assim, constata-se que a proporção de propriedades quebequeses situadas no Baixo Saint-Laurent diminuiu sensivelmente entre as décadas de 1951 e 1981, passando de 9% a 5,8%. Essa queda ilustra uma retração agrícola bem maior nessa região e provoca ali um fenômeno de subutilização do potencial agrícola regional. Constata-se, também, uma redução do ecúmeno agrícola, considerando que os agricultores que detinham 456.704 acres de terra cultivada em 1951 cultivam, em 1986, 339.251 acres. Também o espaço agrícola consagrado à função agrícola diminuiu, nos últimos 30 anos, de 1.612.671 acres de solo para 789.671 acres. Paradoxalmente, a proporção de terras cultivadas com relação às terras possuídas cresce sensivelmente, passando de 29,5% a 43% de 1951 a 1986. Jean (1997) deduz que os agricultores estariam usando mais intensivamente a terra e recorrendo mais à mecanização.

Essa importante reestruturação da agricultura do Baixo Saint-Laurent, manifesta no movimento de contração do ecúmeno agrário, acompanha um duplo processo de especialização das propriedades, como no caso da Ile d' Orleans e da economia regional no seu conjunto. Um pouco atrasada em relação ao restante do Québec, no início dos anos de 1950, a região faria a integração da agricultura à economia comercial, de maneira que, em 2002, ela apresenta a mesma fisionomia que as demais regiões. As fazendas comerciais, assim chamadas por obter uma renda financeira com a venda de seus produtos, constituíram um indicador para medir essa integração. Somente para exemplificar, a proporção dessas fazendas no Baixo Saint-Laurent, em 1981, atingiu 78%, proporção vizinha àquela do Québec, que foi de 80%. Internamente, pode-se verificar ainda uma disparidade intra-regional, quando se compara Rivière-du-Loup, com 86%, e Temiscouata, com 56%. Baseando-se nesse dado, pode-se afirmar que essa última é incapaz de se ajustar à nova realidade de economia agrícola comercial.

De acordo com a política agrícola regional proposta em 1963, a vocação agrícola local era a produção leiteira. Com efeito, no início dos anos 2000, essa é a primeira e principal especialidade agrícola da região. Conforme dados do folheto *Office de planification et développement du Québec* (2002), três propriedades sobre quatro são leiteiras, e 90% da renda bruta delas provém da venda do leite. Essa especialidade manifesta-se como a melhor forma de rentabilizar as grandes áreas de gramíneas existentes na região.

Não resta dúvida de que os últimos quarenta anos foram marcados por uma fase intensa de aumento da produtividade. O melhoramento da alimentação do gado, a generalização da inseminação artificial, a purificação das raças e o progresso da genética animal contribuíram para duplicar a produtividade do capital leiteiro durante esse período. Desde os anos de 1980, retoma-se na região a criação de ovelhas para atender ao chamado mercado “étnico” de Montréal. O Baixo Saint-Laurent é uma das principais regiões produtoras de ovinos.

O número de suínos reduziu sensivelmente. A maioria das propriedades que ainda criam porcos o faz para atender ao consumo doméstico. Existem, entretanto, algumas propriedades especializadas, sendo que, nos anos de 1990, assistiu-se a um rápido crescimento das megapocilgas. Mas não há dúvida: o que interessa aos investidores nesse tipo de produção próxima ao modelo industrial é a disponibilidade de terras agrícolas para espalhar a parte líquida dos excrementos dos porcos. Essas megapocilgas coabitam mal com as populações locais. A resistência à implantação dessa indústria mobilizou sensivelmente a população para criar a Union Paysanne, em 2001, um dos movimentos mais atuantes no mundo rural, no Québec. Aliada aos demais movimentos ambientalistas, ela contesta os locais de implantação dessas pocilgas, alegando seu porte e natureza como industriais, o que, pela Lei nº 184, sobre a proteção das terras agrícolas, é proibido na zona verde, isto é, nas proximidades de núcleos urbanos (Boutin, 2001, v. 8, n. 3).

A generalização da agricultura especializada na província do Québec não provocou uma mudança importante na condição de exploração, pois os agricultores preservaram o caráter familiar da propriedade, mesmo ela não sendo mais tão independente. No início do século XXI, de fato, a propriedade corresponde mais a um dos pontos da cadeia agroalimentar, não constituindo necessariamente aquela que impõe as regras do jogo na venda dos produtos agrícolas. Ou seja, os proprietários vendem um tipo de produto agrícola bruto que só se torna realmente mercadoria quando transformado pelo setor industrial, dominado pelas grandes empresas cooperativas, proprietárias, em última instância, até dos próprios produtores.

Dois últimos comentários referentes ao Baixo Saint-Laurent: primeiramente, o retrato atual de sua agricultura é resultante de um processo de regionalização dessa atividade em escala quebequense. Nesse processo, as zonas mais dotadas em fatores de produção puderam direcionar-se às especialidades mais lucrati-

vas, talvez mais arriscadas, mas menos exigentes em saber técnico e em mão-de-obra. A produção leiteira, por exemplo, por exigir pouco nesses aspectos, foi relegada às regiões periféricas. A intensificação da produção leiteira no Baixo Saint-Laurent não foi uma má escolha, mas isso não impediu que surgisse, nos últimos anos, um novo discurso de tecnocratas e dos portavozes favoráveis a uma (re)diversificação que colocaria em destaque os diferentes componentes do potencial produtivo da região. Essa reivindicação nos conduz a uma reflexão feita por Wampach (1992). Para o autor, estamos vivendo o surgimento de uma revolução tecnológica que, mesmo estimulando o crescimento, não cria empregos em números suficientes. Aos agricultores e à agricultura de modo geral, não resta outra escolha senão adaptar-se, desaparecer ou vegetar diante de uma revolução que tem sua origem fora da região e mesmo de sua influência.

No caso das terras interioranas, estudos de Jean (1997) demonstraram a existência de uma economia dual em vigor: algumas iniciativas por parte dos próprios agricultores romperam com o modelo dominante de especialização, fortemente produtivo, performático e de uso massivo de créditos, e criaram uma forma contemporânea de agricultura agroflorestal, combinando o trabalho agrícola, o trabalho florestal e o assalariamento temporário. O autor conclui que a civilização agroflorestal, que tanto marcou a ruralidade do Baixo Saint-Laurent, ressurgiu reanimando os espaços rurais que pareciam condenados à extinção. Entretanto, a região ainda vive as amarras dos inúmeros problemas que persistem localmente, como aqueles advindos principalmente do esvaziamento populacional, ameaçando a manutenção de serviços essenciais. Não foi por acaso que surgiu ali um movimento ampliado posteriormente para a escala nacional, o Dignité Rurale du Canada – Dignidade Rural do Canadá – tendo em vista a manutenção das agências dos correios nos povoados de pequeno número de habitantes, agências que os ligam ao mundo.

Pode-se concluir que as transformações dessa agricultura regional surgiram como consequência de um modelo de desenvolvimento agrícola e da existência de regiões rurais ditas marginais. Cumpre salientar que o modelo produtivista adotado somente foi possível com uma política agrícola favorável. Graças a essa política, o Baixo Saint-Laurent especializou-se na produção leiteira sob a égide do movimento cooperativista, que construiria a Coopérative

Agricole du Bas Saint-Laurent, atualmente com a razão social de PURDEL e em situação de semimonopólio. É de se notar, porém, que, em virtude dessa especialização, todo o enquadramento profissional e técnico da região voltou-se para a indústria leiteira, obstruindo, assim, outras e novas vias de desenvolvimento. Esse não foi o caso da Rive-Sud de Montréal. A despeito de não dispormos do mesmo volume e qualidade das informações dadas acerca do Baixo Saint-Laurent, teceremos alguns comentários sobre a região.

Espaços antigos e as atuais funções na Rive-Sud de Montréal

Em 1989, Chevalier publicou um interessante artigo, “Les espaces ruraux au Québec-l’urbanisation et la devitalisation-revitalisation”, questionando as causas da perda de dinamismo desses espaços, sem negar, todavia, a ocorrência de um processo de revitalização do mundo rural. Dois fenômenos destacaram-se: a produção de novos espaços residenciais e a periurbanização, que ele registra como favoráveis ao processo. Nas décadas de 1970 e 1980 a produção de novos espaços residenciais foi um dos fatores que influenciaram no deslocamento para fora da cidade e na ocupação progressiva dos territórios das municipalidades para além dos perímetros urbanos, seja pela ocupação linear das frentes dos *rangs*, seja dos novos loteamentos.

Entretanto, o autor observou que, nos municípios mais distantes das cidades maiores, nos anos de 1980, predominava a expansão das vilegiaturas, em detrimento das habitações comuns. Para muitos proprietários dessas residências secundárias, por buscarem um relativo isolamento e tranquilidade, a dificuldade de acesso tornava-se até uma vantagem. A localização delas priorizava, sobretudo, a qualidade do sítio, como o caso de Saint-Adelphé, situada a 50 km de Trois-Rivières, onde *chalets*, *minicampings* e *traillers* ainda disputavam o espaço ao longo da Batiscan.

A aparição ou a consolidação de novas atividades permitiram a ocupação de certos vazios e zonas de fracas densidades demográficas, tanto nos novos espaços, quanto na periferia dos grandes núcleos urbanos. Mais próximo das cidades consideradas como centros de aglomerações, ocorreu um processo multiforme alcançando dimensões espaciais amplas. A maioria dos espaços destinados ao recreioturismo de freqüentação sazonal contribuiu para a

periurbanização. Porém, para Chevalier, isso não seria uma revitalização, pois esta somente ocorreria com a existência de populações permanentes, com forças sociais capazes de se reproduzir e de se inscrever em projetos sociais e econômicos a médio e longo prazo.

Essas observações do autor ainda continuam válidas e foram aqui retomadas em razão do contexto do desenvolvimento econômico da Rive-Sud de Montréal. Embora exista uma tradicional atividade agrícola organizando o espaço, as fissuras ali existentes têm permitido a ascensão de outros usos. Como estes surgem e se essas outras atividades constituem uma revitalização é o que expomos a seguir.

A Rive-Sud de Montréal está situada ao sudoeste da província do Québec e ao sudeste da Île de Montréal, estando limitada ao noroeste pelo rio Saint-Laurent, por cerca de 100 km. Sua população de 621. 841 habitantes em 1991 correspondia a 9% da população do Québec. A ocupação iniciou-se por volta de 1670, ao longo desse rio, ainda durante o regime francês, e esse desenvolvimento original persiste nas características da estrutura urbana e demográfica. O espraiamento populacional deu-se posteriormente para as margens do rio Richelieu e, em seguida, na direção oeste ao longo das rodovias Chemin de Chambly, a 134 e a 132.

O território da Rive-Sud faz parte da grande região metropolitana de Montréal. Os agricultores e as empresas agroalimentares beneficiam-se, pois, da proximidade de um mercado consumidor estimado em mais de 3.500 milhões de pessoas. De fato, é a atividade agrícola a predominante nas *municipalités régionales de comté* (MRC) de Lajemmerais, Vallée-du-Richelieu e Roussillon. Graças à proximidade de Montréal, é uma atividade fortemente favorecida pela malha rodoviária bastante densa e moderna. A rede rodoviária forma, com a de Ile de Montréal, um imenso *carrefour*, permitindo alcançar com rapidez o leste do Québec, a região de Ontário e os Estados Unidos.

Em 1991 a Rive-Sud de Montréal possuía 1.062 propriedades agrícolas ocupando 72.845 ha, o que definia uma superfície média de 68,6 ha por propriedade rural. O número de empresas agroalimentares alcançava 114, essas empregando 4.035 pessoas, e 69 empresas faziam a distribuição de produtos agroalimentares, com 980 empregados. Em 2002, boa parte dessa mão-de-obra, e principalmente daquela que trabalhava nos cultivos de morangos e nas

culturas em estufas, residia nos bairros periféricos populares de Montréal, nas *villes de bas revenus*, no cinturão metropolitano da cidade; eram imigrantes, alguns ilegais, que aceitavam o trabalho fatigante no meio rural. Alguns produtores de milho até desenvolveram a prática de “importar”, na época da colheita, trabalhadores mexicanos servis, por um salário baixo.

A vitalidade dessas propriedades e empresas é determinada por produtos agrícolas dos quais destacamos: milho em grãos para conservas, luzerna, trigo, milho-doce, feijão, maçãs, morangos, leite e cultivos em estufas. O milho em grãos ocupa 17.798 ha, sendo essa vantajosamente a maior superfície entre os cultivados, considerando que a luzerna, o segundo produto, correspondia apenas a 7.566 ha. As propriedades leiteiras eram em número de 246, de acordo com o *Profil agro-économique de la Rive-Sud de Montréal* (Société de Developpement Économique de la Rive-Sud de Montréal, 1996).

O que se constata nessa região da Rive-Sud, é a forte vinculação da produção agrícola às empresas agroalimentares. Apenas para ilustrar, citamos o caso dos tomates. A Multi-Food comprava os tomates verdes para beneficiá-los numa indústria em Saint-Hyacinthe. Com o fechamento dessa indústria em 1992, a empresa desiste do negócio, levando em conta que o transporte dos tomates para beneficiamento até a indústria em Ontário não era rentável. Assim o cultivo do produto foi abandonado.

Segundo o *Profil agro-économique...*, duas empresas beneficiam ervilhas no Québec, a Aliments Carrières e a Pillsbury Canada Limitée. Localizada em Saint-Martine, esta última industrializa, além de ervilhas, o feijão e o milho-doce. A industrialização desse produto é considerada o mais importante beneficiamento de legumes coberto pelo Plan Conjoint. Além das espigas de milho em conserva exportadas para o Reino Unido (80%), cremes, milho em conserva e congelados são outros derivados resultantes da industrialização. Na Rive-Sud duas indústrias se destacam no beneficiamento do milho, a Larose Inc., que produz espigas de milho em conserva, e a Aliments Carrières, que transforma o milho em grãos em conserva e congelados.

A população não parece sensível ao impacto econômico da agricultura, tratando-o com pouco respeito. A forte urbanização de algumas municipalidades da Rive-Sud, por exemplo, vem criando pressões sobre o domínio agrícola. Com efeito, adaptar a expansão urbana à preservação do território agrícola

pode provocar alguns embates entre os diferentes atores. Tornaram-se freqüentes as situações em que o conforto das pessoas rurais é colocado diante do direito de produzir dos agricultores.

Cresce, também, nesta província, o interesse pela produção biológica. De um lado, devido à maior demanda por produtos saudáveis; de outro, pela preocupação em adotar práticas de cultivo e de criação mais respeitosas ao ambiente. A demanda por produtos biológicos está em franca expansão. As vendas no varejo foram na ordem de 9 milhões de dólares em 1988, e, em 1993, saltaram espetacularmente para 35 milhões de dólares (Boutin, 2001, v. 8, n. 4). Como aproximadamente 80% desses produtos não eram produzidos no Québec, o MAPAQ cuidou, então, de normatizar a produção: pela Lei A-20.02 *sobre as appellations réservées* (designação de um produto reservado pela qualidade oferecida), enquadrou o processo de certificação para garantir ao público a integridade da nomeação biológica. Por essa lei assegura-se que tanto as normas de produção como as dos procedimentos de verificação e os organismos de certificação conformam-se às normas de referências estabelecidas. Os produtos com certificados BIO, de acordo com a publicidade no folheto do MAPAQ, “aliam sabor autêntico, nutrição sadia, proteção ambiental e a participação a um meio rural dinâmico em todas as regiões do Québec”.

Na difusão desses produtos biológicos, algumas associações e organismos aliam-se ao MAPAQ, como a Association por l'Amélioration des Cultures Biologiques (OCIA) e a Équiterre-Réseau Québécois des Projets d'Agriculture Soutenue par la Communauté. De acordo com esta, 48 propriedades (a maioria na Rive-Sud) produzem sem pesticidas, sem adubos químicos e sem transgênicos. “L'Agora” (setembro/outubro de 2001) menciona 72 sites sobre a agroalimentação no Québec, mas, destes, apenas 11 efetivamente dizem lidar com culturas biológicas. Já a Federação de Agricultura Biológica, uma seção da UPA que até oferece um programa de certificação de propriedades biológicas, certificou 525 propriedades, sendo que cerca de 4.400 propriedades se dizem em transição para adotar os princípios de sustentabilidade na agricultura. Ou seja, no futuro haverá de 10% a 15% das propriedades agrícolas do Québec praticando a agricultura biológica (Boutin & Debailleul, 2001).

As novas funcionalidades do espaço rural de Rive-Sud de Montréal aparecem nas atividades turísticas, que, de acordo com os promotores do turismo,

necessitam do ambiente agrícola. O turismo no meio rural representa, também, um trunfo para revitalizar a localidade ao propiciar empregos, em tempo parcial, sobretudo para as mulheres das propriedades familiares. Na Rive-Sud e municipalités régionales de comtés (MRC) vizinhas, diversos circuitos são propostos, como o Circuit de Paysan, a *route des cidres*, *jours nationales du gout et des saveurs*, *festival du maïs*, visitas às *fermes écologiques*, as *cidreries*, além de sugestões diversas para gastronomia e visitas às propriedades de criação. Os promotores têm buscado capturar os fluxos de visitantes da área metropolitana montrealense. Aqueles mais próximos de Montréal parece que têm conhecido uma grande demanda. Nos finais de semana as visitas somente são aceitas sob reservas antecipadas, e mesmo os restaurantes rurais têm adotado esse procedimento. O agroturismo também tem o forte apoio do MAPAQ.

Sem dúvida, a emergência de novos usos do espaço rural como lugar de recreação e como meio ambiente de valor cênico para a população urbana remete à discussão sobre a questão ambiental em face da agricultura. É o que trataremos a seguir.

Meio ambiente em crise, agricultores em risco

Nos últimos anos foi a questão ambiental aquela que de longe mais mobilizou as populações rurais. Por muito tempo elas negaram sua responsabilidade sobre a questão, e apenas mais recentemente têm surgido algumas ações, embora tímidas, demonstrando consciência e compromisso com a qualidade ambiental. Quanto à imagem da agricultura e dos agricultores, cabe ressaltar sua secundarização nas derradeiras décadas. Alguns autores, como Laplante (2002), Jean (1997) e em parte Debailleul (1998), atribuem o fato à globalização. Segundo eles, esse fenômeno tem um efeito destrutivo sobre certas comunidades rurais, tendendo a uniformizar as culturas, a minimizar o conhecimento dos recursos naturais pelo agricultor e, paradoxalmente, a maximizar a presença do meio técnico-científico-informacional na agricultura. Ora, de acordo com Wampach (1992), no Québec a agricultura predominante poderia ser identificada em três grandes grupos: o da agroindústria, o dos agrosserviços e o da agroinformática. Esta última, conectada com as telecomunicações para transmitir informações sobre o crescimento das plantas e dos animais, sobre os ciclos biológicos, as rotações e as interações dos cultivos com o

meio ambiente, tornou o comércio com a natureza muito mais sofisticado e baseado em valores diferentes. É nesse contexto que o agricultor torna-se secundário. Vejamos, porém, o quadro ambiental no Québec.

O processo de modernização conhecido pela agricultura após vários decênios, a intensificação da produção, a ampliação das propriedades e a concentração das atividades agrícolas no plano espacial contribuíram para um fantástico crescimento da produtividade global da agricultura. Todavia, como esse crescimento se deu por uma intensificação das práticas agrícolas, por um uso crescente de produtos agroquímicos para a fertilização ou tratamento das plantas, pelo desenvolvimento das formas de criação “sem solo”, principalmente a de porcos, os impactos ambientais desvendaram-se progressivamente, constituindo atualmente uma preocupação importante. Esses impactos dizem respeito, em primeiro lugar, à degradação das terras agrícolas.

Um inventário dos problemas de degradação dos solos agrícolas do Québec de 1990 (Tabi et al., 1990) revelou que, se 80% dos solos estavam em bom estado, 20% estavam comprometidos e ameaçavam a produtividade. Ora, as terras analisadas destinam-se às monoculturas. De acordo com esse relatório, dos 486.000 ha de terras exploradas com essa modalidade, cerca de 90% tinham sua estrutura deteriorada, dois terços eram semiférteis, e a metade assistia à queda do teor em matéria orgânica. Essas terras, freqüentemente as melhores do Québec, são, também, localizadas ao centro do Québec agrícola.

Dentre os fatores de degradação do solo, os ecologistas apontam o cultivo do milho, principal cultura da Rive-Sud, que se caracteriza pela rentabilidade e facilidade de cultivo. Sendo uma monocultura, o milho retira o azoto e esgota o solo, quando este é exposto para o plantio, facilitando a erosão pluvial. Além disso, o milho demanda muito uso de herbicidas.

A degradação da qualidade da água é outra conseqüência das mudanças ocorridas na produção agrícola. Basta lembrar que a intensificação das produções vegetais se acompanha freqüentemente do uso de pesticidas, azoto, fósforo e partículas que se manifestam na água. Segundo os movimentos ecologistas, 40% das cargas poluidoras nos cursos fluviais do Québec provêm do setor agrícola (Boutin, 2001, v. 8, n. 3).

O governo tem instituído alguns programas visando as práticas agroambientais. Desde 1988, os agricultores contam com o apoio do Programme

d'Aide à l' Amélioration de la Gestion des Fumiers (PAAGF) – Programa de Apoio ao Melhoramento da Gestão dos Estrumes –, o que contribuiu para a construção de depósitos especiais para o estrume, levando conseqüentemente à queda da perda de elementos nutritivos para os cursos d'água. Outras políticas, como a estratégia fitossanitária adotada em 1992, também implicaram a redução imediata do uso de pesticidas.

A despeito desses programas, os problemas ainda persistem para as culturas “sem solo”, ou seja, aquelas que recorrem a uma proporção elevada de alimentos produzidos fora da propriedade para alimentar a criação, como no citado caso dos porcos. O desequilíbrio entre a produção de estrume e excrementos e a disponibilidade de terras para estocá-los cresce e agrava gradualmente, pois os rebanhos são grandes e concentrados em um espaço limitado.

Outra alteração ambiental que vem sendo pouco tolerada pela população rural diz respeito aos odores característicos dessa atividade. Até recentemente, essa população tinha um grau de tolerância maior diante do problema. Mas, como ela tem se tornado mais exigente com respeito à sua qualidade de vida, os confrontos vêm surgindo, principalmente, pelo volume que o estrume tem atingido em áreas vizinhas às habitações, conforme já mencionamos.

A questão ambiental no meio rural, segundo Jean (1997), pode ser colocada sob a forma de um paradoxo. De um lado, o campo aparece como um espaço saudável, preservado das poluições e incômodos da sociedade industrial. Ele é mesmo visto como o antídoto da cidade, na opinião de Donadieu (1998). É ressignificado pelos cidadãos, que o vêem não como um meio de trabalho e de renda, e sim como um local cobiçado pela tranquilidade dos ambientes, pela beleza das paisagens e pelo refúgio para o estresse do trabalho urbano e da promiscuidade cidadina. De outro lado, não é preciso muito tempo para constatar que a realidade rural é, na expressão de Jean (1997), um verdadeiro drama ecológico. Os problemas manifestam-se, conforme comentamos, na contaminação dos rios, lagos e lençóis freáticos e na utilização excessiva de adubos químicos e pesticidas, cujos efeitos ainda são desconhecidos a longo prazo.

O meio rural não é, portanto, o paraíso idealizado e, sim, um espaço ameaçado por problemas ambientais, vários deles resultantes de práticas agrícolas dos próprios agricultores. Há, todavia, uma sensibilidade ambientalista que se desenvolve com muito vigor no mundo rural no Québec, principalmente respalda-

da em princípios de sustentabilidade. Mas, para que exista uma ruralidade viável, é preciso que os rurais reconheçam seu direito privilegiado de decisão em matéria de gestão dos recursos de seu ambiente.

Ainda sem concluir

Sem dúvida, a evolução da agricultura não é igual para todas as produções e categorias de propriedades. Mas o que apontam os diversos dados aqui postos é que a contribuição da agricultura para a prosperidade social, cultural e econômica do setor rural depende das características das explorações agrícolas, e que ela é muito mais significativa nas propriedades de tipo familiar e tamanho médio. A intensidade dos laços socioeconômicos com o meio local parece ser mais elevada para os pequenos e médios produtores do que para os grandes. Essa constatação também é válida quando se trata da compra de insumos e equipamentos e da utilização de serviços, para citar apenas alguns exemplos. Daí que, quando se exasperam as relações entre os produtores agrícolas e os ambientalistas, pelas acusações que estes fazem aos produtores de poluir e destruir o ambiente, estes se apressam em reivindicar o direito de produzir. Esse é um dos debates mais calorosos neste momento no Québec.

Essas características, observadas nas diferentes províncias apresentadas, permitem afirmar a existência não de uma, mas de múltiplas ruralidades no Québec. Ruralidades caracterizadas pela condição de pertencimento à localidade, o que parece ser o primeiro elemento de identificação dos rurais, pela singularidade do patrimônio humano e ecológico e por uma relação estreita entre aqueles e o ambiente natural (Jean, 1997). Portanto nossa leitura de ruralidade privilegiou, sobretudo, o entendimento das dinâmicas espaciais, em que as relações, assim como as ruralidades, fazem-se e desfazem-se.

Quanto à análise dos efeitos negativos da agricultura sobre o meio ambiente, constatamos que a mais recente iniciativa para atenuá-los foi o Plan d'Action 1998-2005 en Agroenvironnement, que não escapou das críticas. Entre as críticas mais fortes estão aquelas segundo as quais as ações propostas têm apenas um caráter de acompanhamento, sendo ambíguas e incompletas para a diminuição da poluição agrícola. Há também as críticas que apontam incoerência entre as políticas agrícolas e as ambientais. Tais críticas reconhecem, no entanto,

que, na tentativa de restabelecer um pouco de coerência entre as políticas agrícolas e ambientais, o governo tenha tido um gesto positivo no ano de 2001, com a proposta da ecocondicionalidade para o setor agrícola. Boutin (2001, n. 4) explica que a ecocondicionalidade consiste em subordinar aos critérios ambientais o acesso aos diversos programas de ajuda financeira oferecidos pelo Estado. Esse seria o primeiro passo para a coerência entre tais políticas, mas não o suficiente, exigindo outras medidas complementares.

Cabe ainda mencionar o papel importante da sociedade civil organizada nessa reconciliação da agricultura com o ambiente. Porém, a visão que se tem sobre o desempenho dela não é tão positiva. Morisset (2001, n. 4) chega mesmo a afirmar que a base da crise da agricultura no Québec estaria nas relações entre a agricultura e a agroalimentar de uma parte, e, de outra, na sociedade representada através de suas associações. Movimentos como a Solidarité Rurale, criada na década de 1980 e vinculada à UPA, são considerados submissos aos interesses da agricultura produtivista. Também a Union Paysanne, que agrega em seu quadro mais ambientalistas, consumidores preocupados com a qualidade dos alimentos, agricultores marginais e cidadãos, de acordo com os críticos, não representa os agricultores em suas reivindicações. E ainda segundo Morisset (2001), seus associados também têm suas cotas de poluidores e capitalistas.

Em resumo, esta breve discussão aqui iniciada sinaliza muitas mudanças no horizonte da agricultura familiar no Québec.

Agradecimentos

A autora agradece ao Faculty Research Program in Brazil – Bourses de Recherche Brésil –, do Ministério das Relações Exteriores do Canadá, pela concessão da bolsa para a realização desta pesquisa no Canadá, em 2002.

L'ESPACE RURAL EN MUTATION AU QUÉBEC

Résumé

L'agriculture au Québec a eu très grandes transformations dans les dernières années. Cette agriculture présente d'un côté des hauts tenures de productivité et d'autre côté la

nécessité d'une préoccupation croissante avec l'environnement. Les régions du Bas Saint-Laurent et Rive-Sud de Montréal illustrent la ruralité, les modifications dans l'espace rural mettant en relief le rôle du gouvernement dans l'espace agricole et la solution des problèmes environnementaux.

Mots-clés: Monde rural/ Ruralité/ Environnement/ Pluriactivité/ Québec.

REFERÊNCIAS

BOUTIN, Denis. Agriculture et environnement: la difficile cohabitation! *L'Agora*, v. 8, n. 3, p. 15-16, 2001.

BOUTIN, Denis. Réconcilier agriculture et environnement: le chemin de croix du Québec! *L'Agora*, v. 8, n. 4, p. 20-21, 2001.

BOUTIN, Denis; DEBAILLEUL, Guy. Quel type d'agriculture il faut privilégier? Pour la ruralité québécoise. *L'Agora*, v. 8, n. 4, p. 19-20, 2001.

CANADÁ. Ministério de l' Agriculture, des Pêcheries et de l'Alimentation (MAPAC). *Conference Sur l'Agriculture et l'Agroalimentaire Québécois*. Le développement économique un choix de société. Document de référence. Québec, 1997. 73 p. Mimeografado.

CHEVALIER, Jacques. Les espaces ruraux au Québec, l'urbanisation et la dévitalisation- revitalisation. In: ____· *Géographie Sociale: France et Québec*. Espaces ruraux en mutation. Caen: Centre de Publication de l'Université de Caen, 1989. p. 11-18.

DEBAILLEUL, Guy. Les processus d'intensification de l'agriculture québécoise et ses impacts environnementaux: une retrospective à méditer. *Vecteur Environnement*, v. 31, p. 23-33, 1998.

DEBAILLEUL, Guy. L'agriculture québécoise dans la tourmente de la mondialisation: état des lieux et perspectives. Trabalho apresentado no Simposium International Sur L'Économie des Terroirs, Trois-Rivières, 1999 14 p. Mimeografado.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Espaço rural em mutação no Québec.
Boletim Goiano de Geografia, 23 (2): 219 - 241, jul./dez. 2003

DONADIEU, Pierre. L'agriculture peut-elle devenir paysagiste? In: ____·
Carnets du paysage. Actes SUD/ENSP, 1998. p. 70-91.

JEAN, Bruno. *Territoires d'avenir*: pour une sociologie de la ruralité. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 1997. 318 p.

LAPLANTE, Máxime. L'avenir des campagnes: rose ou brun? *L'Action Nationale*, v. 92, n. 2, p. 95-112, février 2002.

LANTEIGNE, Josette. Répertoire de sites sur le Québec agrolimentaire.
L'Agora, v. 8, n. 4, p. 23-25, 2001.

LE SAINT-LAURENT pour la vie. Montreal, 1997. (Collection Environnement de l'Université Montréal, 23).

MORISSET, Michel; GOUIN, Daniel-M. Aperçu du Québec agricole. In: FRANQUEN, Jacques (Dir.). *Agriculture et politiques agricoles en France et au Québec*: transformations économiques et sociales. Paris: L'Harmattan, 1990. p. 21-29.

MORISSET, Michel. Les diables est au vaches . *L'Agora*, v. 8, n. 4, p. 12-13, 2001.

SOCIÉTÉ DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE DE LA RIVE-SUD DE MONTREAL. *Profil agro-économique de la Rive-Sud de Montréal*. L'Ongeuil (Québec), 1996. 178 p.

TABI et al. *Inventaire des problèmes de dégradation des sols agricoles du Québec*: rapport synthèse. Québec: Ministère de l'Agriculture, des Pêcheries et de l'Alimentation, 1990. 71 p.

UPA. *Tournée Champêtre*: guide agroalimentaire et agrotouristique. Québec, 2002. 89 p.

WAMPACH, Jean Pierre. *Agriculture et développement économique au Québec*. Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval, 1992. 256 p.

Recebido em: 5/9/2003

Aceito em: 17/ 12/ 2003